

Banqueiros criticam novo estilo de negociar

23/5/90 □ 1º caderno □ 3

dívida

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — A cena repetiu-se quatro vezes ontem de manhã com pequenas variações no 14º andar do Hotel Intercontinental, onde está dando expediente a ministra Zélia Cardoso de Mello: os banqueiros, representantes de nossos maiores credores, entravam sorridentes e saíam céticos. “Eles ainda têm que decidir entre si o que pretendem”, afirmou William Rhodes, que acumula as funções de representante do Citibank com as de presidente do comitê de credores, insinuando desencontros entre membros da delegação que Zélia chefia.

Willard Butcher, do Chase Manhattan, repetiu com contundência a mesma impressão: “Eu não tenho evidências, depois desse encontro, de que eles sabem o que querem.” Foi mais longe ainda cometendo uma indelicadeza, ao afirmar que, em princípio, não acreditava no que diziam “funcionários de governo”. A irritação dos banqueiros — a ministra conversou ainda com John MacGlicudie, do Manufacturers Hannover, e Richard Simmons, do Chemical Bank — é sinal de que eles não estão satisfeitos com a mudança nos métodos de negociação de dívida externa, como a discussão caso a caso com cada banco credor.

Planejamento — Vestindo um *tailleur* azul-marinho e aparentando muita calma, a ministra Zélia Cardoso de Melo se permitiu discordar dos banqueiros. “Nós temos um planejamento exato do que queremos em relação à dívida. O calendário para a renegociação está armado”, fez questão de dizer para dissipar qualquer indício de indecisão. Lembrou que começam em junho as discussões com o FMI para a assinatura de um acordo que ela espera ver concluído até setembro. Este acordo serviria de aval para as negociações com os bancos privados e com o Clube de Paris.

Zélia insistiu que não apresentou propostas, mas sim algumas idéias aos banqueiros que foram procurá-la. “É óbvio que temos propostas, mas este não é o momento de trazê-las a público. E quando o fizermos, as revelaremos primeiro à sociedade brasileira e não aos banqueiros. Agora não é hora de propostas, mas de ouvirmos os problemas deles.”

O problema mais imediato que aflige os banqueiros é o atraso no pagamento dos juros da dívida. O Brasil não paga desde o segundo semestre do ano passado e os atrasos chegam a

Ariovaldo dos Santos — 7/11/89



Zélia quer ouvir sociedade

mais de US\$ 5,3 bilhões. “Precisamos saber como eles pretendem resolver isso. É fundamental para as negociações”, afirmou Rhodes com o semblante tenso e sombrio com que deixou a suíte 1.437 do Intercontinental. “A preocupação deles com os juros é legítima”, reconhece a ministra. “Mas queremos primeiro ouvir suas propostas. Julgamos que para isso esses contatos iniciais são importantes, porque eles ajudam a enriquecer a negociação”, afirmou Zélia, esforçando-se para evitar uma confrontação, mas não acenando com nenhuma solução objetiva para o problema.

Resistências — Além do problema mais imediato os banqueiros já começam a levantar objeções aos novos rumos da negociação da dívida. “Individualização de contatos com bancos pode dificultar as coisas, porque os bancos muitas vezes têm objetivos e interesses díspares. A Venezuela tentou este caminho e acabou tendo que passar pelo comitê”, criticou Richard Simmons, do Chemical Bank. “O comitê sempre desempenhou um papel fundamental e bom”, disse. O Brasil não recusa preliminarmente a idéia de defrontar-se com o cartel dos bancos, mas se mantém firme na idéia de experimentar consultas individuais.

Foi o que deu a entender Jório Dauster, assessor da ministra Zélia e seu principal negociador para a dívida externa. “Durante as consultas individuais, vamos examinar diversas formas de negociação, cuja forma final pode até pas-

Sônia d’Almeida — 13/2/88



Jório examinará propostas

sar pelo comitê”, disse, lembrando que os representantes dos bancos ainda não foram oficialmente convidados para visitar Brasília. A resistência dos banqueiros à idéia é provocada por problemas que vão muito além dos novos métodos de conversa que o Brasil está sugerindo a eles.

No quadro geral da dívida, o Brasil tem hoje tudo o que os banqueiros tinham há dois anos, e alguma coisa mais. Atualmente, quem detém o apoio político dos governos credores e das instituições multilaterais não são os bancos, mas os devedores. E o Brasil implementa hoje um plano econômico que pode ainda não ter se provado, mas em termos de conceitos gerais soa como música aos ouvidos da comunidade financeira internacional, aí incluídos os próprios banqueiros.

Reservas — Como se isso não bastasse, o Brasil hoje tem reservas cambiais nada desprezíveis e inicia uma reforma fiscal inatacável do ponto de vista externo, e à qual pretende atar o envio de dólares aos credores para pagar a dívida. Jório Dauster usou esse escudo, ao declarar anteontem que o Brasil não aceitaria nenhum acordo que prevísse pagamentos que pudessem pôr em risco a reforma fiscal, assim como se recusaria, também, a aceitar qualquer proposta que se traduzisse em parcelas impagáveis.

Nesse quadro, a realidade é que os banqueiros perderam muito de seu po-

der de pressão e o Brasil, pelo menos no momento, não conversa com eles de pires na mão. Prova de que as coisas começam a mudar foi dada ontem, quando os banqueiros lembraram que, em junho, o comitê interministerial do governo americano que examina as carteiras de empréstimos bancários divulgará seu relatório trimestral, classificando as condições dos grandes tomadores de dinheiro no mercado internacional.

Os banqueiros alertaram que se o Brasil continuar atrasando e for qualificado como tomador de alto risco, isso poderá dificultar as negociações. Ouviram Dauster retrucar que o Brasil tinha conhecimento de que a avaliação do comitê americano leva em conta outros fatores, além do atraso nos pagamentos. “Não é assim que as coisas acontecem. Eles examinam se um país tem um plano de reformas, que nós temos, e o estágio de nossos contatos com as instituições multilaterais, que a esta altura são muito bons. O que eles não podem é querer um pagamento às pressas”, disse Dauster.

Juros atrasados — Mas nesse toma-lá-dá-cá nem tudo necessariamente pode ser visto como discordância. A questão dos juros atrasados é um bom exemplo disso e pode servir como a fervura que começará a derreter um pouco do gelo que parece estar se criando entre as partes. De Zélia, os banqueiros levaram o reconhecimento de que sua preocupação com a questão dos juros é legítima. Eles, em troca, reconheceram que a solução depende da capacidade do governo brasileiro em fechar seu orçamento.

“Nada de substancial foi realmente discutido, até porque temos que esperar o orçamento brasileiro”, afirmou Simmons, do Chemical. As declarações, de parte a parte, abrem a possibilidade de que o Brasil retome o pagamento de juros bem antes do que o esperado, ainda que seja através do envio de uma quantia meramente simbólica, que sirva para livrar os banqueiros de seus problemas com acionistas e o Brasil e os bancos de problemas com o comitê interministerial de revisão.

Porque não só o Brasil perderia, se fosse classificado como devedor de alto risco. Os banqueiros também não ganhariam muito com isso, porque o governo americano os obrigaria a imobilizar grandes quantias de dinheiro como reserva para fazer face a futuras inadimplências do Brasil. Essas reservas seriam lançadas nos balancetes trimestrais dos bancos como perdas.